

4.

A diaconia de Cristo como fundamento dos ministérios na Igreja

A Igreja é o redil cuja única e necessária porta é Cristo.¹ É o rebanho do qual Deus anunciou que seria o pastor,² e cujas ovelhas, embora governadas por pastores humanos, são incessantemente conduzidas às pastagens e alimentadas pelo próprio Cristo Bom Pastor e Príncipe dos pastores,³ que deu a vida por elas.⁴

Os bispos receberam o encargo de servir a comunidade, com os seus colaboradores, que são os presbíteros e os diáconos, e presidem em nome de Deus à grei (Inácio de Antioquia, 1997), da qual são pastores, como mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do governo da Igreja (Clemente Romano, 1972; Inácio de Antioquia, 1997; Justino de Roma, 1997; Goodspeed, 1984; Aune, 2003; Hamman, 1958). Continua assim o ofício dos apóstolos de apascentar a Igreja. Por isso, o Concílio ensina que os bispos, por instituição divina, sucederam os apóstolos como pastores da Igreja.

Nas pessoas dos bispos, coadjuvados pelos presbíteros, é o próprio Senhor Jesus Cristo, pontífice supremo, que está presente no meio dos fiéis. Esses pastores, eleitos para apascentarem o rebanho do Senhor, são os ministros de Cristo e os administradores dos mistérios de Deus.⁵

Esse ofício, que o Senhor confiou aos pastores do seu povo, é um verdadeiro serviço que na Sagrada Escritura⁶ se chama com muita propriedade *diakonia*, isto é, ministério (Concílio Vaticano II, 2007a, n. 6, 20, 21, 24).

Essas palavras do Concílio Vaticano II revelam a fonte trinitária da missão confiada por Jesus à sua Igreja e, em particular, aos apóstolos, enviados no mundo a serviço de todo o povo sacerdotal. O Novo Testamento descreve os primeiros passos da missão apostólica e propõe a primeira reflexão teológica sobre a

¹ Cf. Jo 10,1-10.

² Cf. Is 40,11; Ez 34,11-31.

³ Cf. 1Pd 5,4.

⁴ Cf. Jo 10,11-15.

⁵ Cf. 1 Cor 4,1.

⁶ Cf. At 1,17.25; 21,19; Rm 11,13; 1Tim 1,12.

ministerialidade na Igreja. Os padres da Igreja, como se verá, narram o gradual caminho das comunidades cristãs guiadas pelos apóstolos – testemunhas da ressurreição de Cristo, ministros da sua obra de salvação –, de onde derivam pouco a pouco uma variedade de ministérios.

Essa reflexão que trata dos ministérios da nova aliança e, de modo particular, do ministério ordenado será feita a partir da categoria teológica da diaconia de Cristo e não de uma leitura fundamentalista dos textos, o que exige preventivamente um esclarecimento metodológico que ajude a esclarecer o sentido, a grandeza e a pertinência do percurso hermenêutico aqui adotado.

Se, num primeiro momento, a impostação adotada apresenta uma caracterização da pesquisa exegética sobre a origem e o real desenvolvimento da ministerialidade neotestamentária, procura também, a partir dos resultados apresentados pela exegese histórico-crítica do duplo vértice, diacrônico e sincrônico, oferecer uma visão complexa do ministério ordenado, tendo presente a unidade em Cristo de toda a Escritura.

A teologia bíblica deve ser entendida como uma tentativa de síntese que persegue uma visão do todo, porém com uma forte caracterização intra-bíblica preocupada em colher e transmitir aquele sentido original e exemplar da fé contida nos textos inspirados. A esse patrimônio perenemente iluminado pelo crescimento da consciência guiada pelo Espírito deve-se recorrer, algumas vezes, para ter um discernimento criativo no presente.

Pretende-se a partir da definição doutrinal sobre a origem do ministério ordenado, ao analisar o seu surgimento, bem como o dos demais ministérios encontrados no Novo Testamento descobrir ali elementos fundamentais e atitudes virtuosas a partir das quais possa ser possível estabelecer algumas linhas de reflexão para a construção de um quadro teológico que terá como base a diaconia de Cristo.

Na verdade, não as teologias interpelam as Escrituras, mas a Palavra de Deus interroga sempre a consciência dos fiéis, pedindo contas de toda compreensão teológica e solidez da sua esperança cristã.

4.1. A origem dos ministérios

O Concílio Vaticano II mantendo-se fiel ao quanto estabelecido por Trento reafirma e aprofunda, à luz da Palavra de Deus, a imagem do sacerdócio ministerial:

Jesus Cristo, Pastor Eterno, fundou a santa Igreja, enviando os apóstolos, assim como ele mesmo fora enviado pelo Pai [Jo 20,21]. E quis que os sucessores dos apóstolos, isto é, os bispos, fossem na sua Igreja pastores até a consumação dos séculos. O Senhor Jesus, depois de ter rezado ao Pai, chamando ele mesmo a si os que quis, constituiu Doze para que ficassem Consigo e para enviá-los a pregar o Reino de Deus [Mc 3, 13-19; Mt 10, 1-42] (Concílio Vaticano II, 2007, nn. 18-9; Co.).

Estes apóstolos⁷ foram instituídos à maneira de colégio ou grupo estável, ao qual prepôs Pedro escolhido entre os mesmos.⁸ Enviou-os primeiro aos filhos de Israel e depois a todos os povos,⁹ para que, partícipes do seu poder, fizessem discípulos seus entre todos os povos, santificando-os e governando-os,¹⁰ propagando, desta forma, a Igreja; e para que, guiados pelo Senhor apascentassem a Igreja como ministros, todos os dias, até a consumação dos séculos.¹¹

Nessa missão, foram plenamente confirmados no dia de Pentecostes,¹² segundo a promessa do Senhor: “Recebereis a virtude do Espírito Santo que descera sobre vós e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia, na Samaria e até os extremos da terra”.¹³ E os apóstolos, pregando por toda a parte o Evangelho¹⁴ aceito pelos ouvintes por obra do Espírito Santo, congregam a Igreja universal, que o Senhor fundou nos apóstolos e edificou sobre o bem-aventurado Pedro, seu príncipe, sendo a pedra angular¹⁵ o próprio Cristo Jesus” (Concílio Vaticano II, 2007a, n. 18-9; Costa, 1997d, p. 401).

É necessário situar corretamente a unidade que existe entre a antiga e a nova aliança, a unidade da obra divina que tem a sua novidade na mensagem de

⁷ Cf. Lc 6,13.

⁸ Cf. Jo 21,15-17.

⁹ Cf. Rm 1,16.

¹⁰ Cf. Mt 28,16-20; Mc 16,15; Lc 24,45-48; Jo 20,21-23.

¹¹ Cf. Mt 28,20.

¹² Cf. At 2,1-26.

¹³ Cf. At 1,8.

¹⁴ Cf. Mc 16,20.

¹⁵ Cf. Ap 21,14; Mt 16,18; Ef 2,20.

Cristo enquanto cumprimento de toda a promessa e manifestação unificadora da história da salvação. O centro da Boa Nova é o próprio Cristo: Deus que se faz homem e atraiu para si toda a humanidade.

Essa premissa é fundamental para que, após a análise que se fará da origem dos diversos ministérios do Novo Testamento, seja possível compreender que somente quando se põe a figura de Cristo no centro de tudo se pode alcançar uma aproximação da realidade atual da ministerialidade na Igreja da forma em que se caracteriza hoje.

4.2.

Os ministérios na Igreja primitiva

Analizando a Igreja apostólica, como vem apresentada no Novo Testamento, a impressão dominante é que ela se encontra diante de uma multiplicidade e grande variedade de ministérios. Apesar dessa variedade, é possível estruturá-la, tendo como base os diferentes ambientes nos quais nasce e se determina certo tipo de ministério. Pode-se perceber que tal variedade consiste num entrelaçado de formas diferentes que integram também ambientes homogêneos em singulares fases históricas da evolução neotestamentária.¹⁶

A presente reflexão, embora numa primeira parte faça um inventário das expressões ministeriais atestadas no Novo Testamento, terá sempre o olhar voltado aos estudos exegéticos que oferecem uma contribuição muito mais decisiva para a Igreja: devolver a Igreja a si mesma, ampliando o raio de sua criatividade com a certeza de sua fidelidade ao testemunho de Jesus “servo” e do Espírito (Almeida, 2001).

No Novo Testamento, portanto, encontra-se uma sumária lista de termos que interessam ao tema: “os Doze”, “os apóstolos”, “profetas”, “doutores”, “presbíteros”, “episcopos”, “diáconos”, “pastores”, “evangelistas”; sem falar daqueles carismas que não se apresentam com uma qualificação subjetiva, mas são indicados como funções: sabedoria, conhecimento (gnose), milagres, curas, línguas, doação, exortação etc. Alguns desses termos poderiam ser isolados como

¹⁶ Há quem defenda com convicção que o pluralismo eclesiológico neotestamentário tem raízes na experiência eclesial apostólica ao ponto de não poder ser superado, mas fielmente prolongado no tempo: a atual pluralidade de igrejas seria, portanto, um fenômeno são, não patológico, e o ecumenismo deveria caminhar colocando-se numa estrada diferente daquela que viria chegar à unidade na superação, pelo menos parcial, da atual pluralidade. Cf. Käsemann (1966, pp. 253-8).

referência exclusiva a um único tempo ou a um único determinado ambiente. Além disso, se isto fosse possível, a operação seria rapidamente banalizada por meio da saída semântica dos sinônimos.

O sentido dos ministérios não está plenamente manifesto na letra dos textos. Porém, o Novo Testamento como ato ministerial possui... o segredo da ministerialidade: esta é a razão de ser de seu testemunho. *O Novo Testamento tem sempre algo a dizer, porém não precisa dizer tudo* (Denis, 1975, p. 401).

Assim, essa situação não pode ser submissa a processos redutivos que a façam tornar-se teologicamente irrelevante. Significa, no entanto, que a estrutura fundamental da Igreja é carismática no sentido de que a animação eclesial basilar vem por meio dos dons do Espírito Santo. Esses dons não seguem as organizações estruturais, eles as precedem. Não podem ser reduzidos a elas, porque “o Espírito sopra onde quer”, nem tampouco podem ser cancelados por elas (Congar, 1971, pp. 46-9; Sesboué, 1975). Todo discurso sobre ministério deverá, portanto, ter presente essa premissa essencial e basear-se nela (Hasenhütti, 1973, pp. 14-91).

Pode-se verificar a conveniência de explicitar um quadro sinótico dos diferentes modos por meio dos quais se aponta a designação de um cristão a determinado serviço na comunidade. Desse ponto de vista, não é difícil notar uma rigorosa tripartição. Existem ministérios que nascem por uma designação de Jesus Cristo, como aquele dos doze e dos apóstolos chamados a testemunhar a visão do ressuscitado. Outros nascem por sugestão do Espírito Santo, móveis e livres e, por isso, não redutíveis a esquemas institucionais: aqueles, por assim dizer “carismáticos”.¹⁷ Enfim, existem ministérios que têm origem por uma designação da Igreja, não porque lhes falte o carisma, mas porque se tornam operantes de maneira característica por um ato de eleição e de missão que começa na comunidade cristã: aqui encontramos exatamente os episcopos-presbíteros.¹⁸

¹⁷ O termo não seria exato, porque todo ministério é um carisma do Espírito, mas será usado no sentido de um hábito linguístico que faz dos carismáticos os portadores de um dom e de um serviço desligado de qualquer investidura que não seja aquela toda pessoal e interior do Espírito Santo.

¹⁸ Como leituras complementares sobre o ministério no Novo Testamento, recomenda-se: Lemaire (1971 e 1977); Delorme (1975); Kertelge (1972); Antoniazzi (1974, pp. 367-78).

4.2.1. Ministérios por designação de Jesus Cristo

A identificação dos apóstolos com os Doze geralmente é uma fórmula central para a teologia do ministério pastoral e da sucessão apostólica. A situação neotestamentária na realidade é mais complexa e não pode sofrer semelhante simplificação.¹⁹ Os Doze (ou os Onze, tendo presente o abandono de Judas) são citados nos quatro Evangelhos, nos Atos e no Apocalipse. Em Paulo aparecem só uma vez, quando, na Primeira Carta aos Coríntios,²⁰ ele cita os protagonistas das aparições do ressuscitado.

Ora, para Lucas, os Doze são os apóstolos (Dupont, (1956); Rigaux, (1968); Colson, 1968; Kertelge, 1972). Estes recebem esse nome de forma reservada e exclusiva.²¹ Na obra de Lucas, encontra-se uma única exceção a esta regra onde Barnabé e Paulo são ditos apóstolos.²² Lucas apresenta também uma teologia a esse propósito no episódio da eleição de Matias.²³ Não só defende a manutenção do número dos doze, mas indica que para que um possa ser designado a entrar no número dos Doze apóstolos se exige uma condição: que possa testemunhar a ressurreição e tenha estado presente com os outros durante toda a trajetória de Jesus, que vai do batismo no Jordão ao momento da ascensão.

Para Lucas, então, os apóstolos são os doze e se caracterizam pelo dever específico de ser testemunha da ressurreição, mas também da vida terrena de Jesus na sua totalidade. São aqueles provenientes de Jerusalém para o grande evento²⁴ e de Jerusalém partem para anunciá-lo ao mundo.²⁵

Também Marcos e Mateus dão o nome de apóstolos aos doze,²⁶ mas sem que seja possível estabelecer se se trata ou não de um apelativo exclusivo (Frizzi, 1974, pp. 3-37). Aquilo que é comum nos sinóticos²⁷ é o significado escatológico desse grupo. Os Doze fazem memória das doze tribos de Israel. São enviados em

¹⁹ Cf. Cerfaux, *Pour l'histoire du mot "apostolos" dans le Nouveau Testament*, 1962, pp. 185-200; Kertelge, K., op. cit., pp. 77-97.

²⁰ Cf. 1Cor 15,5.

²¹ Cf. Lc 6,13.

²² Cf. At 14,14.

²³ Cf. At 1,15-25.

²⁴ Cf. Lc 18,31-34.

²⁵ Cf. At 1,4-8.

²⁶ Cf. Mt 10,2; Mc 6,30.

²⁷ Cf. Mt 19,28; Lc 22,30.

missão para a grande multidão do Reino de Deus e são destinados a ser os juízes das doze tribos (Dupont, 1964; Lemaire, 1972; Fabris, 1988).

O termo “apóstolo” em Paulo tem, por sua vez, um sentido mais amplo e elástico (Maly, 1967; Wilkinson e Boa, 2007; Hainz, 1971). Ele apresenta os doze no rol das testemunhas da ressurreição, mas dentro de uma variedade de categorias que não se imaginaria:

[Cristo] apareceu a Cefas, e depois aos doze. Em seguida, apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma vez, a maioria dos quais ainda vive, enquanto alguns já adormeceram. Posteriormente, apareceu a Tiago e, depois, a todos os apóstolos. Em último lugar, apareceu também a mim como a um abortivo. Pois sou o menor dos apóstolos...²⁸

Portanto, os apóstolos são testemunhas da ressurreição, mas nem todas as testemunhas da ressurreição são apóstolos, Paulo de fato o é. Ele se atribui o título para sustentar e defender a sua obra pelo Evangelho: Paulo foi chamado por Jesus Cristo por vontade de Deus, não por designo humano²⁹ e destinado a uma missão que, para ele, se qualifica como a missão para os pagãos, tão válida quanto a missão dos outros destinada aos judeus.³⁰

Nessa concepção ampla da categoria de apóstolos, não se admira que o título seja atribuído também a outros, como Andrônico e Junia,³¹ e que a polêmica contra os pseudoapóstolos seja conduzida sob os aspectos dos méritos adquiridos nas confrontações das Igrejas e não sob os títulos formais de legitimação da missão.³² Nesse sentido, se o discurso de Lucas é dominado por esquemas teológicos, o de Paulo é colocado dentro de um contexto de natureza decididamente pragmática (Thüsing, [1973], pp. 77-88).

Para Paulo, a condição indispensável para a autenticidade da vida de fé e da Igreja é a fidelidade à forma primitiva da pregação³³ e a comunhão com a pregação dos outros apóstolos.³⁴

É necessário observar que a figura do apóstolo não é reduzida, no Novo Testamento, a um único modelo: vai da configuração da imagem escatológica dos

²⁸ 1Cor 15,5-9.

²⁹ Cf. Rm 1,1; 1Cor 1,1; 9,2; 2Cor 1,1; Gal 1,1; Ef 1,1; Col 1,1.

³⁰ Cf. Rm 11,13; 1Cor 9,2; Gal 2,8.

³¹ Cf. Rm 16,7.

³² Ver por exemplo 2Cor 11, 4-15.

³³ Cf. 1Cor 15,2; Gal 1,8.

³⁴ Cf. Gal 2,2.

doze, própria dos sinóticos do esquema lucano das testemunhas e missionários, garantia do relato do Jesus histórico e da mensagem da ressurreição, à figura paulina dos fundadores das Igrejas por força do mandato recebido do ressuscitado.

Na diversificação dos modelos, existem algumas características comuns. A primeira é que o apóstolo é sempre designado pelo próprio Cristo e é testemunha da sua ressurreição. A segunda corresponde a uma específica e definida obra do apóstolo: ele sempre e em todo modo é protagonista de um evento último e definitivo; aquele que traz na sua essência o fundamento perene e insubstituível de construir a Igreja.³⁵

Por outro lado, é imprescindível que se ponha em evidência a figura de Cristo, que aparece em todos os evangelhos como o detentor de um poder que vem de Deus.³⁶ O teor de sua mensagem não foi criado por Ele mesmo, mas como “enviado” do Pai transmite com fidelidade aquilo que lhe foi confiado: “*Mea doctrina non est mea...*”:³⁷

É certamente na fórmula de João: *Mea doctrina non est mea...* [7,16], interpretada por Santo Agostinho com tanta profundidade, que o paradoxo da missão de Jesus encontra a sua mais clara expressão. Jesus nada possui de próprio paralelamente ao Pai...mas tudo provém dele e se dirige para Ele. Mas é exatamente em sua auto-expropriação que Ele é totalmente um com o Pai. Seu verdadeiro credenciamento é seu desapego de si; este lhe confere poder definitivo, porque é pura transparência e manifestação da presença de Deus (Ratzinger, 2005, p. 63).

Logo, os Doze são incorporados à comunhão da missão do Filho, que lhes confere toda a autoridade, o que se pode verificar em várias passagens dos evangelhos, em relação à missão – “Quem vos recebe a mim recebe”³⁸ – e em

³⁵ Os principais estudos sobre os Doze e os apóstolos são basicamente concordes nos seguintes pontos: a instituição dos Doze remonta ao ministério de Jesus; os Doze foram testemunhas privilegiadas do Ressuscitado; o apostolado é uma instituição essencialmente missionária; o título “apóstolo” provavelmente originou-se na Igreja de Antioquia; primitivamente, o apóstolo é o “missionário” enviado por sua Igreja a anunciar o Evangelho; quando da polêmica contra os apóstolos judaizantes vindos da Palestina, Paulo insiste na visão do Cristo Ressuscitado como fundamento do seu apostolado; esta noção de apostolado foi aceita pouco a pouco; a partir daí, os apóstolos tinham a mesma função dos Doze, isto é, testemunhar o Ressuscitado; esta evolução chega, em Lucas, à identificação total dos dois grupos (apóstolos e Doze). Cf. Lemaire (1973, pp. 37-41).

³⁶ Cf. Mt 7,29; 21,23; Mc 1,27; 11,28; Lc 20,2; 24,19.

³⁷ Cf. Jo 7,16.

³⁸ Mt 10,40; Cf. Lc 10,16; Jo 13,20.

relação à Sua autoridade.³⁹ Em João, encontramos o paralelo entre o envio de Jesus e o dos apóstolos: “Como o Pai me enviou, também eu vos envio”.⁴⁰

Toda a missão permeada pelo espírito de serviço revela um despojamento de si mesmo e de abandono completo no cumprimento dos desígnios divinos: “Não vim para ser servido, mas para servir”. Enquanto, humanamente falando, os dozes não dispunham de condições, por si mesmos, para o cumprimento de tal missão, ao se doarem completamente e entrarem em comunhão com Jesus, o qual procede também inteiramente do Pai, foram inseridos na missão com o Cristo. Tal ministério, no qual se é totalmente de um Outro, este doar-se, pelo qual transmitimos o que não provém de nós mesmos, a Igreja chama de sacramento (Ratzinger, 2005, p. 64):

De acordo com o Evangelho, o próprio Cristo comunicou a estrutura de sua missão e de sua existência missionária aos apóstolos, aos quais conferiu seu poder vinculando-os, assim, a seu poder. Esta ligação com o Senhor, que capacita o homem a fazer aquilo que não pode, mas que o Senhor realiza, é sinônimo de estrutura sacramental (ibid., p. 65).

4.2.2.

Ministérios por inspiração do Espírito Santo

Se o Ministério dos doze apóstolos é caracterizado pela designação por parte do próprio Jesus Cristo, todo o vasto mundo dos carismáticos é caracterizado pela sua exclusiva origem por inspiração do Espírito Santo. É importante ressaltar, antes de tudo, que o epistolário paulino, com exceção das cartas pastorais, é dominado, quase totalmente, pela convicção de que na Igreja tudo é movido pelo Espírito, com grande liberdade e variedade de formas, que nem mesmo se acena à imposição das mãos nem à instituição do ministério presbíteros-episcopos. Assim a Igreja encontra o sentido de existir, pois, ela não é algo que se ponha, simplesmente, na mesma ordem de uma estrutura religiosa-político-social qualquer; mas animados pela força do Espírito, somos capazes de proclamar que Jesus é o Senhor⁴¹ e entrar, por meio dele, na comunhão com Deus (Küng, 1970; Torres, 1982).

³⁹ Cf. Mt 9,8; 10,1; 21,23; Mc 6,7; 13,34; Lc 4,6; 9,1; 10,19.

⁴⁰ Cf. Jo 13,20; 17,18; 20,21.

⁴¹ Cf. 1Cor 12,3.

Podem-se encontrar as listas dos carismas em diversas cartas paulinas.⁴² Os dons são expressos, numa primeira forma, com uma série de substantivos: “profecia”, “diaconia”, “ensinamento”, “exortação”, “sabedoria”, “inteligência”, “fé”, “capacidade de curar”, de “fazer obras de misericórdia”. Depois se apresenta um elenco de substantivos de caráter pessoal: “apóstolos”, “profetas”, “doutores”, “evangelistas”, “pastores”. “Nestas listas, Paulo não põe tudo no mesmo nível: em alguns casos, enumera os dons seguindo certa ordem [cf. 1Cor 12,31; 14,1] e insiste em que se aspire aos dons melhores [cf. 1Cor 12,31; 14,1]” (Almeida, 1989, p. 16).

É evidente o caráter empírico das listas que evitam a pretensão de ser catalogadas com estruturas precisas. Tanto é verdade que a categoria de apóstolo, por Paulo, tão laboriosamente reivindicada por ele mesmo, é aqui tranquilamente citada entre os outros carismas. Finalmente, não podemos esquecer que para Paulo a missão apostólica também era garantida pelos seus frutos, ou seja, pela vida cristã da comunidade fundante, pela fidelidade ao modelo original da mensagem e da comunhão com a pregação dos outros apóstolos. Sobretudo, é dominante o sentido de que o Espírito cria, anima e guia a sua Igreja, na multiplicidade de dons e liberdade de ação (Hasenhüttl, 1973, pp. 96-110; Kertelge, 1972, pp. 103-26).

Neste ponto, parece ser útil observar que Paulo fala com entusiasmo da atividade carismática das suas Igrejas e se põe também na posição crítica em relação aos carismáticos de Corinto (Schlier, 1965, pp. 236-54).

A comunidade de fato se divide, seja pela predominância de personalismos que se coagulam em volta dos pregadores intelectuais e “sábios”; seja pelo domínio de opiniões teoricamente válidas, mas não o suficientemente respeitadas à sensibilidade dos mais pobres (a questão dos idolotitos); seja por egoísmos miseravelmente imperantes (a questão das ceias eucarísticas); seja pela invasão de carismas místico-estáticos de pouca utilidade para o crescimento da comunidade; seja pela opinião que coloca em perigo o querigma primitivo da ressurreição.

A posição paulina, porém, não é autoritária, no sentido de que o apóstolo exercita a sua autoridade não de modo arbitrário, mas baseado em critérios objetivos, bastante claros: o critério da fidelidade ao querigma e o da edificação da Igreja (Krodel, 1969, pp. 236-54; Thüsing, 1973, pp. 82-7).

⁴² Cf. Rm 12,6-8; 1Cor 12,8-11; 1Cor 12,28; Ef 4,11.

A Igreja, portanto, cresce por obra dos apóstolos: o seu testemunho original faz dela um edifício construído sob um único fundamento, que é Jesus Cristo. Esse edifício é, pois, animado internamente pela força do Espírito Santo, de modo que todos nele possam operar pela sua vida, cada um de acordo com o que o Espírito lhe revela.

A diversidade carismático-ministerial é querida por Deus, é obra do Espírito [cf. 1Cor 12, 4-11; 12, 28; Rm 12, 6]. Todo ministério é dom [*chárisma*] de Deus: Deus é quem os ‘estabelece’ na Igreja [cf. 1Cor 12, 28]; é Cristo que ‘outorga’ a cada um uma função diferente [cf. Ef 4, 11]. Esta diversidade se dá no interior da Igreja [1Cor 12,2 8: ‘*en té ekklesia*’] e visa à edificação [*oikodomé*] do corpo de Cristo [Ef 4, 12; cf. 1Cor 14, 3-4; 14, 12; 2Cor 12, 19] (Almeida, 1989, p. 21).

Essa modalidade de operar se revela autêntica e válida na medida em que consegue, coerente com o fundamento colocado, uma vez por todas, a construção da comunidade de fé, que vive na obediência à Palavra e na caridade.

É importante, neste ponto, retomar o aspecto da diaconia de Cristo, para que não se perca de foco o serviço que todos os incorporados a Cristo pelo batismo são chamados a testemunhar. Paulo, dentre os dons dados por Deus para a edificação e o crescimento da Igreja, destaca três grupos de pessoas que realizam funções distintas: “Os que Deus dispôs na Igreja são primeiro apóstolos, segundo profetas, terceiro doutores”.⁴³ Chama a atenção o fato de que os membros dessa tríade sejam evocados por “títulos” preciosos, enquanto os demais dons não recebam nome especial: “depois vem o dom dos milagres, depois o da cura, o da assistência, o da direção, e o dom de falar em línguas”.⁴⁴

Os ministérios são carismas, dons de Deus para o bem de todos; os ministérios dos apóstolos, profetas e doutores encabeçam os carismas dados à Igreja; os nomes dos ministros oficiais, nesta época e pelo menos nas Igrejas relacionadas com o centro missionário de Antioquia, são “apóstolos”, “profetas” e “doutores”, o que significa que estes ministros são essencialmente ministros da palavra; esses ministérios, porém, não constituem todos os dons oferecidos por Deus à Igreja; existe além deles grande variedade de dons e funções que são designados com vocabulário muito variável (Lemaire, 1975, p. 107).

⁴³ Cf. 1Cor 12,28; v. 29 passim.

⁴⁴ Cf. 1Cor 12,28.

Essa diaconia na qual os ministros são convocados a viver encontra sua plenitude no próprio Cristo que, fazendo-se servo, doa-se integralmente para a salvação da humanidade.

Na ressurreição, a diaconia ordenada surge junto com o ressuscitado que, com o dom do seu Espírito, em cada tempo suscita, acompanha e cumpre na Igreja a ação mediadora do serviço cristão. Assumindo com ardor missionário o envio do Pai, que chama a si quem Ele quer para enviar a anunciar a Boa Nova e fazer a todos seus discípulos, batizando-os em nome da Santíssima Trindade. Em força de tal missão, os ministros deverão sempre pôr-se no seguimento do Senhor e na missão árdua de anunciar a salvação.

É na Santíssima Trindade que se deve buscar, em última análise, o modelo de ministerialidade. A ação ministerial se realiza na dinâmica trinitária, ou seja, recebendo o dom do Pai por meio de Cristo no Espírito Santo, para que seja servidor qualificado na comunidade eclesial e anuncie o Reino definitivo.

4.2.3. Ministérios por designação da Igreja

O terceiro esquema que dinamiza o modo de operar da Igreja se distingue nitidamente dos anteriores porque se caracteriza por tratar de serviços originados por uma designação eclesial. Nos Atos dos Apóstolos, encontra-se o caso da eleição de Matias no grupo dos Doze depois da queda de Judas.⁴⁵ O caso se configura de modo singular, tratando-se de uma designação eclesial que se insere num quadro pré-existente, o das numerosas testemunhas da vida e da ressurreição de Jesus, dentre as quais deve ser escolhido aquele que deverá completar o número dos Doze. Dada essa singularidade, é obvio que o caso não diz respeito em nada aos outros ministérios, por isso não é mais repetido.

O segundo caso é aquele da eleição dos sete colaboradores dos apóstolos.⁴⁶ A intenção inicial parece ser destinada a um objetivo limitado de ordem caritativa, porém depois encontramos um dos sete, Estevão, entre os mais dedicados pregadores do Evangelho. Também nesse caso não existe nenhum outro e a figura dos sete permanece isolada no Novo Testamento. Em todo caso, é interessante

⁴⁵ Cf. At 1,15-26.

⁴⁶ Cf. At 6,1-6.

observar aqui a convergência de três elementos: a imposição das mãos, a eleição por parte da Igreja e a presença dos dons do Espírito Santo.

O terceiro caso é aquele de Barnabé e Saulo:⁴⁷ na Igreja de Antioquia, profetas e doutores são inspirados pelo Espírito Santo a enviar em missão Barnabé e Saulo e o fazem rezando, jejuando e impondo neles as mãos. Esse episódio parece ligado ao conceito paulino da missão apostólica, mas é determinado pelo característico elemento lucano da imposição das mãos, aqui inserido diretamente numa verdadeira e própria celebração litúrgica. Não encontramos, contudo, qualquer outra forma de continuidade institucional do ministério.

O quarto caso encontra-se entre os colaboradores de Paulo: enquanto no grande *corpus* paulino são nominados vários colaboradores dele, sempre recomendados ao respeito à obediência às Igrejas, por títulos de fato mais que por títulos de direito;⁴⁸ nas pastorais se diz que o carisma de Timóteo seria dado a ele por inspiração profética, por meio da imposição das mãos do presbítero⁴⁹ ou de Paulo mesmo.⁵⁰ Além disso, acena-se a uma espécie de entrega, quase de natureza jurídica: certa função, feita “diante de muitas testemunhas”, de uma missão a Timóteo.⁵¹

O quinto e último caso nos interessa diretamente: é aquele dos presbíteros-episcopos. Tais termos indicam com clareza figuras de ministros da Igreja Apostólica que dependem de uma explícita designação eclesial e recebem um ministério destinado à vida futura da Igreja pós-Apostólica. O Novo Testamento⁵² atribui a Paulo a vontade de que a obra da evangelização e de fundação de Igrejas se conclua com a instituição dos presbíteros em todas as comunidades (Lemaire, 1975, pp. 109-12 e 226-8).

Nessa sede, as questões da verdade histórica da asserção lucana e da autenticidade paulina da carta a Tito nos interessam relativamente. O que permanece de grande relevância, em qualquer hipótese, é o fato de que pela consciência de fé da Igreja apostólica, expressa nos Atos e na carta a Tito, a passagem da geração apostólica àquela pós-apostólica acontece com a instituição de um ministério desejado pelos apóstolos, responsável pela guia das

⁴⁷ Cf. At 13,1-3.

⁴⁸ Cf. 1Cor 16,16; 1Tes 5,12; Rm 16,1s.; Ef 4,3; Col 4,10-13.

⁴⁹ Cf. 1Tm 4,14.

⁵⁰ Cf. 2Tm 1,6.

⁵¹ Cf. 2Tm 2,2.

⁵² Cf. At 14,23; Tt 1,5.

comunidades nas idades futuras. E ainda é significativo que a instituição desse ministério seja com um rito de imposição das mãos e com a de convicção que presbíteros-episcopos terão o carisma do Espírito para cumprirem o seu serviço.

Trata-se, enfim, da continuação da missão confiada aos apóstolos, para apascentarem o rebanho de Deus, ou seja, trata-se, conseqüentemente, da recepção do ministério pastoral de Jesus Cristo. É bom lembrar que é a missão de pastor que leva o Cristo até a cruz: o Bom Pastor dá a vida pelas ovelhas. A estrutura apostólica nos leva de volta ao centro cristológico. Por isto antes da exata definição do alcance de cada um dos ministérios judeu-cristãos e gentílico-cristãos, antes da unificação terminológica, pode-se constatar uma segunda e mais importante nota: por sua natureza espiritual, o ministério dos presbíteros e dos episcopos é idêntico ao dos apóstolos (Ratzinger, 2005, p. 68).

Concluindo, entre os cinco casos de designação a um ministério existe um que se refere diretamente à constituição definitiva da Igreja: a designação dos presbíteros-episcopos. Se esses ministérios tiveram uma continuidade até os nossos dias, não foi por acaso, nem por um arbítrio, mas porque a sua instituição no Novo Testamento responde à preocupação com o futuro das comunidades fundadas pelos apóstolos.

Lucas, ao limitar o conceito de apóstolo aos Doze, distingue a índole da origem e o que permanece na sucessão. Nesse sentido, o ministério dos presbíteros e dos episcopos é em algo diferente do apostolado dos Doze. Os presbíteros-episcopos são sucessores, mas não propriamente apóstolos. O início irrepetível e a perpetuidade são intrínsecos à estrutura da revelação e da Igreja. O poder de reconciliar, de apascentar e de ensinar, essencialmente cristológico, perpetua-se inalteradamente nos sucessores, mas esses só são sucessores, no verdadeiro sentido, se “perseverarem na doutrina dos apóstolos”⁵³ (ibid.).

4.3.

A função dos presbíteros-episcopos na Igreja⁵⁴

Em Jerusalém, presentes nos encontros, na solene assembleia que deveria resolver a questão dos judaizantes,⁵⁵ são citados no interior de uma tríade: os

⁵³ At 2, 42

⁵⁴ Cf. KRODEL, G., op. cit., pp. 191-202.

⁵⁵ Cf. At 15, 2.4.6.22.23.

apóstolos, os presbíteros e a Igreja; ou na simples dupla: os apóstolos e os presbíteros. Em todo caso, são protagonistas do debate e das decisões.

Porém, a passagem mais rica, para melhor compreendermos a sua figura, é o discurso de Paulo aos presbíteros de Éfeso.⁵⁶ O discurso tem um tom de testamento e com ele testemunha um particular determinante da situação histórica na qual acontece a instituição dos presbíteros: a passagem da Igreja Apostólica para a Igreja pós-apostólica (Dupont, 1962). A missão dos presbíteros é percebida como algo desejado e animado pelo Espírito e consiste no cuidado pelas Igrejas: a Igreja é uma realidade preciosa porque foi adquirida com o sangue de Cristo e, portanto, não deve permanecer sem custódia.

O termo genérico “presbíteros”, ou seja, “anciãos” aqui é determinado quase em sentido funcional com o termo “episcopos”, que indica uma função de supervisão, uma vigilância e tem seu sentido ampliado na imagem do pastor que vigia o rebanho. Essa custódia pastoral se contrapõe à obra desoladora dos “lobos de rapina”: a imagem indica, em geral, os inimigos do Evangelho,⁵⁷ ou, mais particularmente, os falsos profetas,⁵⁸ que parecem ser os primeiros propagadores de heresias de todo gênero.

No mesmo discurso aos presbíteros de Éfeso, Paulo chama atenção para aqueles homens que fazem “discursos perversos” e desejam trazer os discípulos consigo. Todo o discurso é carregado de emoção na lembrança de quanto Paulo fez pelo Evangelho e pela Igreja e no pressentimento do martírio que o espera. O discurso se conclui de maneira muito interessante e inusitada: Paulo, depois de ter confiado as Igrejas aos presbíteros, os confia ao Senhor e “à Palavra da sua graça, capaz de construir” a Igreja. É interessante que o apóstolo não confia a Palavra aos presbíteros, mas ao contrário, entrega os presbíteros e as suas Igrejas à Palavra: é um particular que necessita ter presente ao longo da reflexão.

Outras indicações, na mesma linha, encontram-se na carta a Tito:⁵⁹ apresentando uma lista de certas condições de caráter moral para que alguém seja digno de receber o ministério, ressalta-se que o candidato deve mostrar-se fiel à verdadeira doutrina deve ser capaz de exortar os outros na mesma doutrina e combater aqueles que a contradizem.

⁵⁶ Cf. At 20,17-38.

⁵⁷ Cf. Mt 10,16; Lc 10,3; Jo 10,12.

⁵⁸ Cf. Mt 7,15.

⁵⁹ Cf. Tt 1,5-11.

Na primeira carta a Timóteo,⁶⁰ fala-se dos presbíteros como daqueles que presidem as assembleias da Igreja. Para alguns, sugere-se uma particular consideração por aqueles que fadigam “na palavra e no ensinamento” (Meyer, 1973, pp. 323-45).

A figura do presbítero retorna na primeira carta de Pedro, na tarefa indicada pela metáfora do pastor,⁶¹ e em Tiago, ao lado dos doentes, a rezar por eles e a administrar a unção.⁶²

Portanto, se entre os vários ministérios que nasceram por designação da Igreja um só terá seguimento preciso e constante, é para responder a exigência, sentida sobretudo no momento em que estão desaparecendo os apóstolos, de que as Igrejas tenham responsáveis empenhados em zelar por elas, guardá-las e defendê-las do perigo de se desviar da linha apostólica

Por fim, segundo alguns estudiosos, a instituição dos presbíteros assim como se apresenta no contexto da Igreja de Jerusalém, não faria nada além de prolongar uma instituição já existente no judaísmo (Testa, 1981; Gerhardson, 1961). As sinagogas teriam sido dotadas de verdadeiras e próprias escalas para recordar e transmitir os ditos e os feitos dos grandes mestres.

Segundo a tradição rabínica, “Moisés recebe a Torá no Sinai e a transmitiu a Josué, Josué aos presbíteros, estes aos profetas e estes últimos aos homens da grande congregação”: a transmissão seria garantida pela “ordenação dos presbíteros” (Testa, 1981). Essa tradição recorda como Moisés ordenou Josué⁶³ e os setenta anciãos, os quais, por sua vez, teriam ordenado discípulos, confiando-lhes a reta transmissão da doutrina. Jesus mesmo, de fato, se refere, ainda que com acento fortemente crítico, a “*parádois tôn presbytèron*”.⁶⁴

Segundo Testa (1981), os Atos dos Apóstolos “apresentam os presbíteros da Igreja mãe com todas as características daqueles da sinagoga: muda somente o fundador da tradição que é Jesus, o segundo Moisés”.⁶⁵ Nos ambientes paulinos, ter-se-ia desenvolvido, de maneira autônoma, a figura dos “*epískopoi*”,⁶⁶ mas com

⁶⁰ Cf. 1Tm 5,17.

⁶¹ Cf. 1Pd 5,1-4.

⁶² Cf. Tg 5,14.

⁶³ Cf. Nm 27, 22ss; Dt 34, 9.

⁶⁴ Cf. Mc 7, 1-23; Mt 15, 1-20; Testa, op.cit., p. 317 passim.

⁶⁵ Ibid., p. 318.

⁶⁶ Cf. Fil 1,1.

funções de tudo análogas, ainda que num tom menos doutrinal e mais pastoral-administrativo.

Lucas, porém, nos Atos dos Apóstolos, teria habilmente sobreposto as duas figuras, próprias de duas diferentes tradições, dando significado sinônimo aos termos “presbíteros” e “epíscopos”, como aparece no discurso de Mileto.

Em conclusão, a função concreta que corresponde à instituição presbiteral é aquela da custódia fiel da tradição sobre Jesus, com o firme propósito de guiar as comunidades e zelar por elas, a fim de que se mantenham unidas e fiéis ao ensinamento para o qual foram fundadas.

4.4.

Episcopado e presbiterado na Igreja dos padres.

Ora, vós sois o corpo de Cristo e sois os seus membros cada um por sua parte. E aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, doutores...Vêm, a seguir, os dons dos milagres, das curas, da assistência, do governo e o de falar diversas línguas.⁶⁷

Neste trecho, já citado anteriormente, Paulo, enumerando os vários ministérios presentes em Corinto, revelou a relação de preeminência que ocupavam apóstolos, profetas e doutores. Destes falam os primeiros documentos por nós conhecidos (Camelot, 1969) como ministros itinerantes que anunciavam a Palavra de Deus de comunidade em comunidade.

Os padres recebem em herança e continuam a experiência da idade apostólica (Cattaneo, 1997) deixando-se guiar por quanto se sabia a respeito das “formas externas” do ministério, das iniciativas evolutivas sugeridas pelas várias situações ambientais e históricas. Na Igreja primitiva, também o ministério se configura antes de tudo como interpretação e resposta às necessidades espirituais da comunidade (Lemaire, 1975, p. 110). Por isso, também nas comunidades primitivas continuam a conviver com bastante frequência formas ministeriais fortemente diferenciadas, de tipo estável ou de tipo itinerante.

Assim, a terminologia para designar os ministérios carismáticos não faz senão recolher inicialmente a tríade paulina dos apóstolos, profetas e doutores, enquanto a terminologia corrente para os principais ministérios estáveis compreende presbíteros, epíscopos e diáconos, cujo estilo de governo da

⁶⁷ 1Cor 12,27-28.

comunidade aparece qualificado no Novo Testamento por meio da metáfora do pastor.⁶⁸ Podemos encontrar num célebre texto da *Didaqué* um exemplo significativo de como historicamente deveria advir na comunidade primitiva a mudança da forma carismática do ministério itinerante àquela estável e, junto, a mudança linguística correspondente (De Haleux, 1969, p. 84): “Escolha bispos e diáconos dignos do Senhor. Eles devem ser homens mansos, desprendidos do dinheiro, verazes e provados, pois também exercem para vocês o ministério dos profetas e dos mestres (Camelot, 1969, p. 84)”.

Nas cartas de Paulo – com exceção às pastorais e aos Atos – não se fala nunca de presbíteros, mas de episcopos, termo de linguagem corrente usada para designar um vigilante ou encarregado com função de controle, a serviço da comunidade (Vanhoye, 1990, pp. 189-214). A função do *episcopé*, desenvolvida pelos anciãos (presbíteros) da comunidade, aparece no Novo Testamento como um aprendiz, submisso à autoridade dos apóstolos.

É interessante aqui uma pergunta: como, então, passou-se dessa situação ao monoepiscopado?

São três as principais interpretações. A primeira constata nas origens uma pluralidade de Igrejas domésticas em cada uma das quais havia, antes de tudo, um ancião com a função de direção. Na segunda metade do século II, as várias Igrejas domésticas teriam sentido a exigência de ter um centro de unidade elegendo um presbítero encarregado das relações com o externo. Essa é a tese clássica defendida por Harnack (Harnack e Moffatt, 1908).

Uma segunda interpretação parte do fato de que, desde as origens cada comunidade teve um presbítero-bispo para a celebração da Eucaristia e somente com o aumento dos cristãos tenha sido necessário transmitir aos presbíteros a faculdade de celebrar a Eucaristia e de desenvolver o dever que inicialmente era próprio do bispo. Essa tese é defendida por Dassmann (1973).

Enfim, uma terceira hipótese parte do fato de que, no tempo dos apóstolos, as várias comunidades eram guiadas por um colégio presbiteral, mas faziam, em última instância, referência sempre a um dos apóstolos. Tal responsabilidade passou, pois, aos sucessores dos apóstolos, como é o caso de Timóteo e Tito, que se tornaram pouco a pouco os guias de uma comunidade local.

⁶⁸ Cf. At 20, 28ss; 1Pd 5, 1ss.

Perseguindo essa terceira hipótese, pode-se, depois de ter tomado em consideração os vários documentos do I ao V século, seguindo a argumentação de Simonetti (1994), conseguir alcançar um fio condutor que favorece resolver a problemática que ocupou os historiadores da Igreja e os patrólogos.

O termo *presbiteroi* (πρεσβυτεροι), que não se encontra nas cartas paulinas, ocorre nos Atos, depois vem usado como sinônimo de *episcopoi* (επισκοποι), com intencionalidade polêmica. A mesma sinonímia encontra-se também na carta a Tito.⁶⁹ Por isso, parece poder-se afirmar, segundo Simonetti, que num momento depois de Paulo aconteceu um processo de osmose entre a função patriarcal dos presbíteros, de nítida característica judaica, e a função dos bispos.

É obvio que nas cartas de Paulo não se encontra uma terminologia técnica para designar os guias da comunidade cristã: pode-se hipotizar que o apóstolo se sentisse o pai das comunidades por ele fundadas e em sua ausência confiasse a função de vigiar e servir a alguns membros que de maneira informal, exerciam tal ministério. Os únicos destinatários a serem citados são os bispos e diáconos da carta aos Filipenses,⁷⁰ encarregados por Paulo de providenciar, na sua ausência, a organização e o desenvolvimento da vida comunitária da Igreja de Felipe.

Mas apesar da atitude hostil de Paulo, o termo *presbiteroi* (πρεσβυτεροι) era destinado a ter grande aceitação nas comunidades cristãs dos séculos I e II.

Nos Atos dos Apóstolos,⁷¹ com o mesmo termo são designados os dirigentes da Igreja de Éfeso. A difusão de uma organização eclesial do tipo presbiteral encontra explicação com o aguçar de uma crise que as comunidades de fundação paulina começavam a sofrer, sobretudo depois da morte do apóstolo.

A carta de Clemente à Igreja de Corinto no final do século I dá testemunho de uma organização do tipo presbiteral (Bardy, [1937], pp. 1-28; Caravalla, [1936], pp. 253-64), mas com graves problemas internos, ao contrário da situação descrita pelo epistolário inaciano, em que claramente se fala de monoepiscopado onde se vê à frente de uma comunidade o bispo, ao qual o colégio dos presbíteros e dos diáconos é submisso.

⁶⁹ Cf. Tt 1,7.

⁷⁰ Cf. Fil 1,1.

⁷¹ Cf. At 20,17.

Com o passar do tempo, ainda que de modo não uniforme, a organização do tipo presbiteral vai se impor de modo definitivo em toda a cristandade.

O binômio episcopo-diácono identificado na carta aos Filipenses⁷² encontra-se também, como notado anteriormente, na *Didaqué*, para indicar aqueles que eram encarregados pelo governo da comunidade (15,1). Esses, segundo o didaquista, são eleitos pela comunidade e a sua autoridade vem ressaltada em contraposição à hierarquia itinerante – apóstolos, profetas, doutores. Nesse documento, assim como em Paulo, vai sublinhada a ausência dos presbíteros.

Uma situação mais complexa encontra-se na carta de Clemente endereçada à comunidade cristã de Corinto. Em Roma usava-se o binômio bispo-diácono (42,5), mas também o termo presbíteros, que designa os encarregados do efetivo governo da comunidade. O que chama a atenção é o fato de que se fala dos presbíteros como investidos da função do *episcopè*.⁷³ Na carta de Clemente, portanto, parece evidente a interferência de duas terminologias diferentes: por um lado, o binômio de origem paulina bispo-diácono, por outro, o colégio dos presbíteros, de origem judaico-cristã.

Algumas décadas depois, ainda é comum encontrar na comunidade cristã de Roma a mesma interferência entre presbíteros e bispos como se pode destacar no Pastor de Erma. Os bispos são nomeados na explicação de uma visão conjunta dos apóstolos, doutores e diáconos e acenando ao seu dever de acolher os hóspedes (Tessore, 2007, pp. 114-26). Dos presbíteros, por sua vez, diz-se expressamente que governam a Igreja (ibid.), mas presbíteros e bispos não são em nenhum momento nomeados juntos.

Em Antioquia e nas comunidades asiáticas, como nos testemunha Inácio Mártir, a tríade hierárquica bispos, presbíteros, diáconos era muito clara ao ponto de permitir uma verdadeira e própria elaboração da teologia do ministério ordenado.

Assim, como os fiéis individualmente formam o único corpo de Cristo que é a Igreja, também os singulares bispos dispersos no mundo formam uma estreita

⁷² Cf. Fil 1,1.

⁷³ “Também os nossos presbíteros conheceriam por meio do Senhor nosso Jesus Cristo que existiriam divisões acerca do ofício do episcopado... Bem-aventurados aqueles presbíteros que nos precederam no caminho e tiveram a morte fecunda e perfeita: não tinham mais que temer que alguém lhes coloque fora do lugar a eles designado” (Clemente Romano. Carta aos Coríntios. Trad. e notas Dom Paulo Evaristo. Petrópolis: Vozes, 1971, pp. 97-113).

unidade, sendo todos constituídos por vontade de Cristo. O bispo na Igreja, para Inácio, é figura de Pai, enquanto o diácono representa Cristo (Ignácio de Antioquia, 1997, p. 64).

A presidência do bispo na Igreja é garantia da unidade e da verdadeira doutrina, enquanto os presbíteros, apresentados sempre como pertencentes a um colégio, são a imagem e o prolongamento dos apóstolos e devem amar e sustentar o bispo, do qual são a coroa. A concepção do ministério, com a figura dominante do bispo, assim marcadamente distinta do presbitério, é o elemento que mais gera discussão acerca da autenticidade das cartas inacianas e da sua possível datação (Rius-Camps, 1981, pp. 183-6).

Deve-se considerar também que, além da continuada chamada à obediência devida ao bispo, outro argumento fundamental proposto pelas cartas é a advertência feita aos fiéis a fim de que não se deixem seduzir pelo judaísmo e pelas heresias (Inácio de Antioquia, 1969, p. 83).

No epistolário inaciano, a passagem da estrutura presbiteral à monoepiscopal é sublinhada, a nível gramatical, por uma dúplice oposição entre singular e plural: enquanto nos textos antes examinados, de Paulo ao Pastor de Hermas, fala-se sempre de bispos no plural, em Inácio o bispo é nominado sempre no singular (ibid., pp. 85-8) e na definição ao singular ele se opõe aos diáconos (Maritano, 2000; Colso, 1960) e aos presbíteros, nominados sempre ao plural ou de modo coletivo (presbitério).

Essa mesma oposição se encontra também nas Cartas pastorais – que a maioria dos estudiosos considera pseudoepígrafe –, compostas entre o fim do século I e o início do século II. Nestas cartas, duas vezes se fala de bispo e com a maioria dos estudiosos entende isso no sentido monárquico. Na carta a Tito, Paulo, depois de ter recomendado constituir em Creta, cidade por cidade, os presbíteros aptos a exercerem o ministério, continua:

[o candidato] deve ser, irrepreensível, esposo de uma única mulher, cujos filhos tenham fé e não possam ser acusados de dissolução nem de insubordinação. Porque é preciso que, sendo ecônomo das coisas de Deus, o episcopo seja irrepreensível, não presunçoso, nem irascível, nem beerrão ou violento, nem ávido de lucro desonesto, mas seja hospitaleiro, bondoso, ponderado, justo, piedoso, disciplinado, de tal modo fiel na exposição da palavra que seja capaz de ensinar a sã doutrina como também de refutar os que a contradizem.⁷⁴

⁷⁴ Tt 1, 5-9.

Essa passagem, para Simonetti (1996, pp. 115-32), pode ser interpretada no sentido de que o bispo com poder, monárquico, fosse escolhido entre os componentes do colégio presbiteral.

Outra passagem, na primeira carta a Timóteo,⁷⁵ apresenta a legitimidade em aspirar ao episcopado e quem devam ser os diáconos:⁷⁶ as duas passagens são perfeitamente paralelas, de tal modo, que, se o singular caracteriza o bispo de modo genérico, não se vê por que o mesmo procedimento não tenha sido aplicado também pelo autor da carta imediatamente depois, apresentando os diáconos também no singular, para que seja exemplo para todos os diáconos.

Simonetti considera, então, que a mais natural interpretação das duas ocorrências de *episcopi* nas Pastorais seja a que sublinha no termo o significado de bispo no sentido monárquico, como em Inácio. Assim colocada a questão, a solução mais racional parece ser a que interpreta as *personae fictae* de Timóteo e Tito como protótipos do bispo de tipo monárquico, instituição recente e que o ignoto autor entendeu corroborar fazendo recurso às figuras dos dois colaboradores de Paulo.

Assim, pode-se afirmar que a passagem do presbiterado ao monoepiscopado seja efetivada inicialmente entre a primeira e a segunda década do século II, sobretudo em comunidades de tradição paulina que se espalhavam em condições conflituosas.

Para sintetizar, pode-se afirmar que nas comunidades de fundação ou tradição paulina vê-se a obra dos bispos e diáconos, enquanto nas de tendência judaico-cristãs, um colégio de presbíteros. Depois de breve tempo, porém, a terminologia e as funções se fundem e se confundem,⁷⁷ no sentido de que nas mesmas comunidades existem presbíteros, bispos e diáconos. A presença destes últimos não cria nenhuma dificuldade, enquanto a sua função aparece sempre subalterna: o efetivo governo da comunidade vem exercitado pelo colégio dos presbíteros, enquanto os bispos se apresentam somente raramente identificáveis.

⁷⁵ Cf. 1Tm 3,1-7.

⁷⁶ Cf. 1Tm 3,8-13.

⁷⁷ Cf. Irineu também originário de Smirne, a Igreja a qual Inácio envia duas cartas, usa indiscriminadamente presbíteros no sentido de bispos. IRINEU DE LEÃO, *Contra as Heresias*, IV, 26, 2. São Paulo: Paulus, 1997, . Cf. também Lanne (1952).

No curso do século II, passa-se da estrutura presbiteral para a monoepiscopal. Nos primeiros casos atestados, ou seja, em Inácio e nas cartas pastorais, a passagem acontece num clima de conflito e se apresenta como momento de relevo no processo dialético em que se vê gradualmente sempre mais afirmar-se o componente etno-cristão da comunidade, em detrimento da judaico-cristã. Em Roma, o gradual impor-se do bispo monárquico acontece em tempos particularmente longos e ocupa boa parte do século II.

Entre as motivações favoráveis do monoepiscopado é importante ressaltar a exigência de um governo forte para dirimir as questões doutrinárias e disciplinares que se apresentavam. De modo particular contribuía para esse reforço a exigência de fixar em polémica com os gnósticos uma sucessão episcopal que ligasse a comunidade presente com as origens apostólicas.

4.5.

Os ministérios inseridos na teologia da diaconia de Cristo

Na variedade dos títulos usados no Novo Testamento para designar aqueles que desenvolvem um serviço a favor ou em nome da comunidade, percebe-se – mais que uma evolução simplesmente ou um desenvolvimento que reforça a unidade –, um lento percurso de confluências da práxis organizativa das várias comunidades, que se pode colher dos escritos das cartas paulinas, dos sinóticos e, enfim, às diferentes tradições do *corpus* joanino.

Ao longo da reflexão, percebe-se que a tendência vai ao encontro de um convergente processo de estruturação do ministério, que se estende também no arco espaço-temporal que começa em Jerusalém – onde agiam os Doze para os judeus-cristãos e os sete para os helênicos, ao lado dos profetas e presbíteros – e chega até Antioquia, onde se encontra a obra na orgânica tríade pastoral, composta por apóstolos, profetas e doutores.

Uma análoga estrutura de serviço se verifica nas comunidades fundadas pelo apóstolo, como ocorre em Corinto onde, por volta do ano 54 d.C., é configurada a mesma tripartição ministerial usada na Antioquia, mas com uma maior conotação carismática.⁷⁸ Na carta aos Romanos,⁷⁹ tem-se consciência de um insólito elenco de carismas que enumera diversas atividades *ad intra*, como a

⁷⁸ Cf. 1Cor 12, 27-30; 14, 1-10.

⁷⁹ Cf. Rm 12,5-8.

profecia, o ensinamento e a exortação (*paraclesi*), com um espaço maior atribuído provavelmente aos diáconos. Serviços conhecidos também em Éfeso,⁸⁰ onde, mais tardiamente, um elenco de carismas com as funções de evangelista e de pastor é adicionado à tríade (Schlier, 1988, pp. 49-59).

Como se vê, trata-se de carismas que giram principalmente em torno do serviço da palavra, seja na forma missionária do *kerygma*, seja no papel de profeta e de doutor. Se no setenário paulino a potência da palavra não é ligada à autoridade local, mas ao ministério itinerante do apóstolo, na segunda e na terceira geração cristã os diversos tipos de enviados, para desempenhar legitimamente o seu serviço, devem todos ser portadores de um mandato, sempre se apoiando no ensinamento fundamental.⁸¹ Mais que um percurso evolutivo, deve-se então falar de um processo de concentração ministerial que se realiza obedecendo a centralidade da palavra-gesto, utilizando a mais idônea e expressiva forma linguística da diaconia.

Em torno desse núcleo central, como se verá agora, cumprem-se uma série de mutações que fazem passar a estrutura de serviço das Igrejas da exuberante efervescência carismática das primeiríssimas comunidades, àquela institucional da idade post-apostólica; da forma itinerante dos querigmáticos aos assinalados pelos didaquistas e doutores; da missão local dirigida aos judeus da diáspora à universal que se volta agora a temerosos e pagãos; dos ministros temporários dos carismáticos aos estáveis de quem preside a oração da comunidade.

4.5.1.

A diaconia da palavra e da mesa

Como explicar esse simultâneo processo de concentração ministerial que levou as diversas comunidades, cada uma segundo sua original compreensão do mistério de Cristo, a consolidarem-se em torno da centralidade do serviço à mesa da palavra e do corpo e sangue, adotando o vocabulário paulino da diaconia?

O vocabulário grego e judeu-helênico não dá muita importância ao grupo lexical de *diakoneó*; em todo caso, o acento cai mais sobre o significado de mediação do mensageiro que leva a palavra que sobre o serviço da mesa.

⁸⁰ Cf. Ef 4,11.

⁸¹ Cf. 1Tm 4, 11; 5,7.

É nesse preciso contexto que Paulo e as tradições que dele surgem adotam e promovem a linguagem diaconal como a mais apropriada para representar o ministério cristão como servidor da palavra e da mesa.

No Novo Testamento o verbo *diakonein* aparece 36 vezes, o substantivo *diakonía*, 30 e *diakonos*, 34, e a grande maioria provém do setenário paulino ou dos escritos atribuídos a Paulo.⁸² O substantivo *diakonía*⁸³ significa: o serviço desenvolvido, por singulares ou coletivamente, a favor dos outros e as diferentes formas do ministério apostólico a serviço na comunidade;⁸⁴ o serviço caritativo das coletas a favor dos pobres,⁸⁵ que se tornou bem cedo uma “*diakonía* quotidiana”;⁸⁶ e, sobretudo, o ministério missionário e profético da palavra,⁸⁷ ou do Evangelho,⁸⁸ que é também ministério da nova aliança⁸⁹ e gloriosa diaconia do Espírito,⁹⁰ para a reconciliação com Deus em Cristo.⁹¹

As ocorrências da raiz *diak-* podem se agrupar em três precisos significados que fazem referência à mediação da palavra, ao serviço da mesa e ao empenho comunitário para a coleta como ajuda recíproca.⁹² Vê-se em particular que, para Paulo, o insistir sobre a ligação entre palavra e serviço é fundamental e permite explicar por que tenha escolhido com cuidado uma raiz privada de particular importância em grego para constituir a base linguística e conceitual do seu pensamento sobre o ministério, que terá um desenvolvimento grandioso, ainda que não sempre coerente, no Novo Testamento.

No vocabulário ministerial dos evangelhos e dos Atos, o motivo da palavra e do serviço da mesa é indicado num difícil equilíbrio como mostram várias

⁸² A 1Pd tem três ocorrências, o mesmo vale para o evangelho de João, mas fora os capítulos de 13 a 17; Em Apocalipse uma vez só. Nas cartas de João, a 2 Pd e Jd não fazem uso.

⁸³ O substantivo é usado 33 vezes: 22 nas cartas paulinas, 8 nos Atos, 1 vez em Lc 10,40; Hb 1,14 e Ap 2,19.

⁸⁴ Cf. At 12,25; 20,24; 21,19; Rm 11,13; 1Cor 4,1; 5,18; 6,3s.; 12,5; 1Tm 1,12; 2Tm 1,18; Hb 6,10; 1Pd 4,10; Ap 2,19.

⁸⁵ At 11,29; 12,25; Rm 15,25.31; 2Cor 8,4.19s.; 9,1.12s.

⁸⁶ Cf. At 6,1.

⁸⁷ At 1,17.25; 6,4; 20,24; 21,19; Rm 11,13; 1Cor 3,5; 2Cor 3,3.6.9; 4,1; 5,18; 6,3.4; 11,8; Col 1,23.25; 1Tm 1,12.

⁸⁸ Ef 3,7; 1Ts 3,2; 2Tm 4,5.

⁸⁹ Cf. 2Cor 3,6.

⁹⁰ Cf. 2Cor 3,8.

⁹¹ Cf. 2Cor 5,18; Em algumas passagens o termo *diácono*, fazendo referência a nome próprio, não tem valor de indicação ministerial; assim Timóteo (At 19,22), Tíquico (Col 4,7; Ef 6,21) e Febe (Rm 16,1) que não devem portanto ser entendidos como diáconos.

⁹² Para a importância da raiz *diak*, ver Georgi, *Die Gegner des Paulus im 2 korintherbrief*. Neukirchen (1964, pp. 31-8), retomado magistralmente por Collins, *Diakonia. Re-interpreting: The Ancient Sources* (1990); e, em chave de análise histórico-filológica, Blanquart, *Quel serviteur?* (2000).

passagens que lembram como um ministério não animado pela Palavra de Deus corre o risco de escolher aquilo que não é bom – como é o caso do agitado trabalho de Marta, que deve aprender a alicerçar o seu serviço sobre a força da palavra e não sobre a capacidade de fazer, sobre a fadiga do seu agir virtuoso ou ministerial que no dia do juízo não será reconhecido por Cristo como feito a Ele e para Ele.

Todavia, nota-se já nos evangelistas certo desmoronamento da linguagem ministerial rumo a um sentido mais ético do serviço que leva a alinhar servidor e escravo,⁹³ interpretando a figura de Jesus como o exemplo por excelência “daquele que serve”.⁹⁴ Talvez isso possa explicar a surpreendente ausência do vocabulário diretamente diaconal nos trechos da última ceia – ou a título eucarístico –, que também se põem como exemplares e normativos dos lugares comunitários cristãos, ainda que o papel mediador dos discípulos, na distribuição dos pães, seja evidenciado.

Mais dramático é o caso sobre o mal-estar ocorrido por causa da refeição na comunidade de Jerusalém.⁹⁵ A resolução de Pedro e do círculo apostólico impressiona pela determinação que os obriga a distinguir o serviço da mesa daquele da Palavra, sublinhando assim a preeminência absoluta desta última no exercício do ministério. A consequência operativa é a distinção nítida do serviço da Palavra e da oração (*proseuche*) daquele da mesa,⁹⁶ marcando um novo *serviço da palavra* que não encontra nenhum paralelo.⁹⁷

Mas a separação das diaconias não é tanto a emissão de um juízo de valor, mas uma obediência a quem designou alguns como apóstolos, outros como profetas, outros como evangelistas, outros como pastores e mestres, para que os santos fossem considerados idôneos a cumprir “a obra do ministério”, a fim de edificar o corpo de Cristo.⁹⁸ E o fruto dessa obra do ministério é o serviço diaconal da ajuda recíproca desenvolvido por meio da coleta para os santos de Jerusalém.

⁹³ Cf. Mc 9,35; 10,43-44; Jo 12,26.

⁹⁴ Lc 22,27; Cf. Mc 10,45.

⁹⁵ Cf. At 6,1-6.

⁹⁶ Cf. At 6,4.

⁹⁷ Encontra-se um único paralelo num apócrifo do primeiro século, o *Testamento de Abraão*, onde o patriarca diz a Miguel: “Te peço, ó Arcanjo, de servir por mim a palavra”, ou seja “de ser o meu interprete” (Testament d’Abraham, IX Rec A).

⁹⁸ Cf. Ef, 4,11-12.

Esse serviço é um ofício (a letra, *uma liturgia*) que toca mais o coração da *diakonía* cristã: por meio da coleta se busca a unidade eclesial exigida e procurada pela partilha sacramental da mesa.

O componente litúrgico-existencial da palavra, mesa e ajuda recíproca, talvez, conserve algum fragmento formal da prática das refeições comunitárias da época helênica, mas a essência da mediação do serviço cristão continua como lugar que reflete fielmente a marca de uma terminologia proto-cristã, audaz e renovada. A categoria paulina da diaconia foi genuinamente a ligação que uniu o serviço da Palavra, da mesa e da ajuda recíproca à pessoa do Senhor Ressuscitado, como foi narrado e realizado na anamnese da última ceia.

Em todos os textos eucarístico reafirma-se a certeza de que é o próprio Jesus, o Ressuscitado, que continua a falar aos seus, doando a si mesmo como comida e convidando-os a cumprir a diaconia da palavra que salva e da mesa que une e dá a vida.

Nessa ótica eucarística, recebe nova luz o antigo problema da presidência: nos textos de base eucarística, não se encontra nunca uma ligação direta entre quem governa a casa (o chefe de família) e quem preside a mesa. Para as primeiras gerações cristãs, era somente e sempre Cristo o verdadeiro presidente da mesa, o vivente que recolhia todas as vezes os seus em torno a uma mesma mesa⁹⁹. Diante dessa presidência fundamental do Ressuscitado, todo outro serviço de presidência, como já recordava Justino, assume um valor verdadeiramente diaconal, no sentido da perene alteridade divina doada da qual ninguém dispõe: “O ministério não depende de um *ter* ou de um *possuir* declarado carismático [...] sempre dado sem jamais pertencer àquele que o recebe e nem mesmo ao grupo que o faz emergir” (Perrot, 2002, p. 254).

A figura do diácono no altar, com o seu silêncio, não lembra talvez os outros dois graus da Ordem e a todo o povo santo a verdade do dom de Deus e a eterna gratuidade do ministério?

Por fim, não é talvez esse um dos êxitos hermenêuticos possíveis sigilados no incomparável texto lucano dos discípulos de Emaús? É o estrangeiro que fala

⁹⁹ No texto dos discípulos de Emaús, convidado pelos dois companheiros de viagem, Jesus pronuncia a bênção, significando com isso que também junto àquele que o hospeda na sua casa, Jesus permanece o dono da casa (Lc 24,28-30). Além disso em Paulo, a anamnese do gesto da ceia, se desenvolve sempre na linguagem dele, do antepresente à refeição: o Senhor “tomou o pão e, dando graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo...” (1Cor 11,24ss.).

com doçura ao coração, é o desconhecido que pronuncia a bênção e parte o pão. E, a partir daquele dia, foi e será assim em todo tempo e lugar: se um escuta a sua voz e abre o seu coração, para quem o recebe, ele será para sempre como aquele que fala, que preside, abençoa, parte o pão e doa ao mundo todo o bem.¹⁰⁰ Para quem crê e tem o coração aquecido pelas suas palavras, quem pode presidir o banquete, senão o *Kyrios*, o único, verdadeiro dono da casa?

4.5.2.

Sentido teológico da diaconia bíblica

Admitir essa estreitíssima união do discípulo com Cristo, com a sua palavra, com o seu corpo, com a sua Igreja e com os pobres, é em definitivo a função fundamental de toda diaconia. Permitir a transformação em filhos à maneira do Filho é a meta de todo o verdadeiro esforço diaconal.

O vocabulário diaconal do Novo Testamento, veiculando tudo isso, teve um desenvolvimento de significado bastante rico que compreende não só o original servir a refeição e a mesa,¹⁰¹ providenciando o alimento,¹⁰² mas também qualquer forma de assistência feita a quem está faminto e sedento, a quem está nu, ou doente, ou encarcerado,¹⁰³ para significar finalmente uma atitude de abertura, de acolhimento e de disponibilidade ao irmão antes e ao pobre e necessitado depois, próprio de quem, imitando a conduta do próprio Mestre, assume uma atitude de serviço em relação ao outro.¹⁰⁴

As diversas tradições neotestamentárias, conforme já foi dito, concordam em radicalizar o significado profundo da diaconia no testemunho, na palavra e obras, do mesmo Jesus. Assim, a *diakonía* cristã individualiza no serviço uma dúplice ordem de referência: serve para indicar seja um peculiar modo de ser do discípulo na sua relação com os irmãos e com “os de fora e os deveres e ofícios de todos aqueles que dentro da comunidade desempenham algum encargo em nome de Cristo.

A *diakonía* significa, por isso, tanto a modalidade existencial reveladora da identidade do cristão como as funções operativas confiadas pelas Igrejas a alguns

¹⁰⁰ Cf. Lc 24,28-30.

¹⁰¹ Mt 22,13; Mc 1,31; Lc 12,37; 17,8; 22,26s.; Jo 2,5.9; 12,2.

¹⁰² Mt 4,11; Lc 10,40; At 6,2.

¹⁰³ Cf. Mt 25,42-44.

¹⁰⁴ Mc 1,13; 15,41; Mt 27,55; Lc 8,3; At 6,1; Rm 12,7; Fm 13; 1Pd 4,11.

encarregados. As fontes bíblicas falam, portanto, de uma ministerialidade múltipla, de tipo ontológico e funcional, histórico e simbólico, que se deixa modelar pelas Igrejas conforme as suas específicas conotações culturais e as suas respectivas necessidades.¹⁰⁵

O serviço cristão se coloca em continuidade com a diaconia profética, régia e sacerdotal dos mediadores veterotestamentários e se distingue por aquela conformidade com o Filho que faz o encarregado perder toda forma de temerosa dependência, desenvolvendo-se na livre dignidade de uma relação filial doada e acolhida.¹⁰⁶ O agir diaconal se coloca como fruto da libertadora consciência de quem se reconhece amigo e não servo, porque se tornou filho que partilha a vontade do Pai, participando da obra de Deus e colaborando com a sua realização.¹⁰⁷

A natureza cristoforme da diaconia realizada pelo discípulo, no sentir da Igreja das origens, interpreta e revela na vida quotidiana o exemplo de Cristo, sem pretender pôr no serviço aquela conotação voluntária, própria de quem entende celebrar, no seu agir virtuoso a favor dos outros, a superioridade do próprio estatuto moral (Bellia, 2000, pp. 67-74).

O exemplar e constitutivo testemunho de serviço feito pelo Mestre doando a sua vida gerou entre os discípulos uma difusa e profunda convicção de abertura e de disponibilidade aos irmãos e aos outros, especialmente se conforme aquele sentido de marginalização privilegiado por Cristo.

A habitual e difusa atitude de benignidade, de altruísmo e de generosa dedicação que parecia distinguir as primeiras comunidades,¹⁰⁸ que interpretava como normativo o testemunho de serviço do seu Senhor, não assinalava, todavia, à diaconia um significado farisaico de obra por cumprir. A *diakonia* nas comunidades protocristãs, não era considerada um imperativo ético, mas o fruto da conformação com Cristo que o Espírito operava naqueles que professavam a fé no Ressuscitado.

Nesse sentido, a diaconia é a partilha efetiva daquelas atitudes do serviço testemunhado pelo Filho, fazendo-se obediente até ser pão partilhado e vinho

¹⁰⁵ Para sublinhar a ausência do vocabulário diaconal nos textos da última ceia e da assim dita multiplicação dos pães, modelo das primeiras refeições comunitárias cristãs, ver Perrot apud Brouard, (2006, pp.78-116).

¹⁰⁶ Cf. Gal 4,7.

¹⁰⁷ Cf. Jo 15,15.

¹⁰⁸ At 2,47; 4,33; 5,13.

derramado. A comunidade proto-cristã, gerada pela assídua participação ao ministério da palavra e pela fração do pão,¹⁰⁹ não teve dificuldade em interpretar o acontecimento pascal de Cristo como serviço. Exatamente na celebração eucarística das comunidades da Palestina, parece ser colocada a originária teologia da diaconia neotestamentária que elabora várias formas de serviço como débito de justiça em resposta ao amor gratuito derramado por Deus nos corações e impulsiona o testemunhar aos irmãos e aos pobres (Haenchen, 1982, pp. 375-9), como se pode verificar no livro dos Atos dos Apóstolos,¹¹⁰ no qual a coleta a favor dos pobres de Jerusalém recorda um exemplo desse serviço entendido como “débito”.

As *diakoníe*, não somente na vivaz comunidade de Corinto, são consideradas verdadeiras atividades carismáticas e por isso consideradas graça, dom que une àquele que, despojando-se da sua natureza divina, fez-se humano e, entre a humanidade, servo,¹¹¹ vivendo entre os seus “como aquele que serve”.¹¹² Esta conformidade com Cristo “servo” é doada pelo Espírito Santo através da mediação de irmãos habilitados a realizar a obra de santificação que leva o discípulo a unir, na sua existência renovada, o agir e o existir e por isso a unificar o amor para com Deus e o próximo no serviço cultural realizado de acordo com a verdade.¹¹³

Na Escritura, *diakonia* e sentir ministerial, serviço e *kénosis*, ação cultural e agir fraterno se evocam reciprocamente, revelando, com o aniquilar-se de Deus em Cristo, também o significado histórico da diaconia do discípulo que continua no tempo a ação salvífica do seu Senhor dirigida aos últimos e aos pobres (Bellia, 2000, pp. 353-64).

Como se percebe no Novo Testamento, a diaconia se configura como lugar cristológico e sintético, como verdadeira categoria bíblico-teológica, caracterizando um duplice e eloquente sentido. Por um lado, indica a peculiar disposição de obediente e eficaz “servidão” que, à imitação do Mestre, caracteriza a atitude do discípulo a Deus, a Cristo, aos irmãos e a toda a humanidade. Por outro lado, os singulares ministérios eclesiais, vale dizer, aqueles encargos

¹⁰⁹ Cf. At 2,42.

¹¹⁰ Cf. At 11, 27-30.

¹¹¹ Cf. Fil 2,7.

¹¹² Lc 22,27.

¹¹³ Cf. Mt 9,13.

pessoais, confiados por Cristo a alguns eleitos para edificar em santidade e justiça o seu corpo.

Assim, ao lado da diaconia comum de todo batizado, fruto da santificação operada pelo Espírito de Cristo, encontra-se também a diaconia específica e sacramental do ministro. A primeira coincide com a autenticidade da sequela que harmoniza existencialmente na história o discípulo ao seu Senhor; a segunda une ontologicamente a Cristo, único mediador, aqueles que foram colocados à parte para continuar no tempo a sua ação salvífica, estendendo a todos os crentes, os frutos da sua mediação santificadora. Ambas são doadas e operadas pelo único Espírito, ambas se ajustam, ainda que a títulos diversos, ao ícone de Cristo, permanecendo, porém, distintas e funcionalmente inseparáveis (Bellia, 2001).

A diaconia substancial do batizado, e de todo o povo de Deus, é, portanto, realizada por obra da mediação desenvolvida pela diaconia ministerial que foi criada para continuar a mesma obra *mediadora* de Cristo. Deve-se por isso oportunamente dizer que a diaconia sacramental é direcionada e ordenada para servir à primeira. Está aqui o fundamento do primado absoluto e, para alguns, desconcertante que a sequela tem sobre toda almejada diaconia, como Cristo revelou aos discípulos exatamente no momento crucial do cumprir-se da sua hora: “Se alguém quer servir-me [diácono], siga-me”.¹¹⁴

4.6. Considerações finais

O processo de institucionalização dos ministérios chegou a quase todas as comunidades no breve espaço de algumas décadas, atingindo a sistematização convergente. O vocabulário ministerial, bastante impreciso e flutuante nas origens, conheceu uma fecundidade impressionante e, em parte, também certa evolução, antes de fixar-se, já a partir de Inácio de Antioquia, no vocabulário diaconal de Paulo e na concepção teológica da hierarquia tripartida que, no início e por certo tempo, não impedirá um exercício colegial do governo das Igrejas.

O elenco, somente indicativo, enumera termos como “apóstolos”, “profetas”, “doutores”, “diáconos”, “episcopos”, “presbíteros”, para não falar dos

¹¹⁴ Jo 12,26.

títulos ministeriais que tiveram menor difusão, como “evangelistas”, “colaboradores”, “dirigentes”, “encarregados”, “guias”.¹¹⁵

No entanto, a importância de certos títulos não influencia funções que continuam a ser exercidas com termos mais definidos e qualificados porque capazes de maior elasticidade e adaptação. A estabilização, lingüística e conceitual, foi favorecida por fatores internos e por acontecimentos externos que merecem ser aqui elencados em ordem esparsa.

Se for justo considerar que sobre o processo de unificação influenciou a particular situação das Igrejas judaico-cristãs no tempo das guerras judaicas, junto ao rápido incremento das comunidades cristãs, passadas de, aproximadamente, mil a cerca de 250 mil fiéis nos anos 80 d.C., não menos importante era a necessidade de unidade que forçava a buscar formas de comunhão eclesial mais convicta e intensa.

Os evangelhos e quase todos os escritos da idade subapostólica, cada um conforme o seu grau de maturidade, são testemunhas dessa busca de ecumenismo. Nesse clima de conflito aberto, podem-se inscrever os acontecimentos que envolviam as funções ministeriais, centralizando-os entre a continuidade teológica e descontinuidade lingüística.¹¹⁶

A intensa atividade de testemunho evangélico e o crescimento da comunidade foram também ocasião, como recorda Lucas, da possibilidade dada à Igreja mãe de Jerusalém de instituir novas ou mais funções ministeriais, criando organismos dirigentes diferentes daqueles dos Doze.

Algo parecido fará também Paulo na sua intensa atividade missionária: para estruturar melhor os papéis essenciais dos apóstolos, profetas e doutores, não utilizará os termos gregos carregados de valores honoríficos e mundanos, mas promoverá um vocabulário religiosamente neutro, no âmbito helenista, como o da diaconia – usado pelo povo judaico-helênico –, a linguagem teológica da ministerialidade cristã.

O atraso da parusia, o enfraquecimento do impulso missionário dos ministros itinerantes (evangelistas e profetas) – que favoreceu o serviço de escrita

¹¹⁵ Sobre o valor estruturante dos ministérios nas cartas pastorais para a organização das comunidades paulinas, as reflexões eclesiológicas de Brown (1992, pp. 35-54) permanecem sempre um importante ponto de referência.

¹¹⁶ Ver as importantes conclusões teológicas que, baseadas nos dados exegéticos neotestamentários, percorre Sesboué (1975, pp. 592-615).

da palavra por mestres e doutores –, as mudanças internas das Igrejas, assim como também os diferentes modos de celebrar a ceia, obrigaram a linguagem ministerial a uma contínua adaptação, adotando o uso da linguagem sacerdotal, que, com a sua pesada bagagem reforçou a autoridade dos ministros cristãos chamando a atenção, porém, para não tornarem-se estranhos junto ao povo de Deus. Mas a maior ferida foi o enfraquecimento dos ministérios tipicamente presbiterais da palavra: apóstolos, profetas e doutores deixavam o lugar para ocupar funções organizacionais no que dizia respeito à assistência, à guia e ao governo das comunidades locais.

A diaconia da palavra, por muitos séculos, é ofuscada em anônimos encargos de jurisdição. Enfim, também o papel de autoridade assumido pela Igreja de Roma, que, guardando inseparavelmente a tradição de Pedro e de Paulo, tinha, a esse ponto, substituído a Igreja mãe de Jerusalém no exercício da presidência da caridade eclesial, influenciará a terminologia e a própria teologia ministerial.

Para concluir, devem-se dizer algumas coisas que toquem o coração do próprio ministério cristão e do presbiteral especialmente. Não é função da teologia bíblica indicar soluções para o hoje eclesial, como reformular biblicamente as inquietudes que o Espírito não cessa de suscitar contra toda forma de inautenticidade e de culpas inéditas. Viu-se que o serviço do presbítero se realiza inteiramente no seio da palavra.

O apóstolo Paulo, dando especial vigor à tríade dos apóstolos, profetas e doutores, todos ministérios ligados à palavra, e promovendo uma linguagem diaconal, que rebatia os títulos honoríficos das estruturas de poder do seu tempo, deixou uma indicação válida também para os dias atuais.

O centro dessa diaconia da palavra não é, entretanto, um fazer, mas um consentir, e consiste na contínua aposta de fé que obriga o presbítero a não dispor pessoalmente da palavra doada, porque, na potência do Espírito, é sempre o seu Senhor que continua a falar à sua Igreja e também ao mundo por meio do seu ministério. O servo da palavra deve só permitir que isso aconteça. Então, a palavra acolhida, por ela mesma, continuará o seu percurso, dilatando-se na diaconia eucarística que somente pode gerar frutos de comunhão, de fraternidade e de serviço gratuito a todos aqueles pobres que trazem impresso o rosto escondido de Cristo.